

EXPRESSIVISMO LÓGICO NA AGITAÇÃO E PROPAGANDA: É POSSÍVEL REVISAR AS REGRAS DO JOGO DE LINGUAGEM LIBERAL EXPLICITANDO SUAS CONTRADIÇÕES?¹

Logical expressivism in agitation and propaganda: is it possible to revise the rules of the liberal language game by making its contradictions explicit?

Araken Ypiranga de Souza Dantas Júnior²
Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva Filho³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as práticas de agitação e propaganda, no sentido apresentado por Lenin, como instrumentos de explicitação das contradições internas do discurso liberal, visando a transformação de suas estruturas constitutivas. Buscaremos argumentar que os valores apresentados como universais, neutros e naturais — como a liberdade individual, a meritocracia e a associação entre riqueza e trabalho — são, em verdade, crenças historicamente situadas e socialmente construídas. Inicialmente, investigaremos como o discurso liberal, embora represente os interesses da classe dominante, opera como se expressasse os interesses da totalidade social. Em seguida, discutiremos como as práticas de agitação e propaganda podem funcionar como estratégias para explicitar contradições implícitas que sustentam tal discurso, desvelando seus pressupostos ideológicos. Por fim, proporemos o expressivismo lógico desenvolvido por Brandom, como ferramenta metodológica capaz de explicitar, resistir, disputar e transformar os jogos de linguagem que reproduzem a dominação, contribuindo para a construção de formas de vida mais emancipatórias.

Palavras-chave: jogos de linguagem; agitação e propaganda; contradições; expressivismo lógico

ABSTRACT

This article aims to analyze the practices of agitation and propaganda, in the sense presented by Lenin, as instruments for making explicit the internal contradictions of liberal discourse, with the goal of transforming its constitutive structures. We seek to argue that the values presented as universal, neutral, and natural — such as individual liberty, meritocracy, and the association between wealth and labor — are, in fact, historically situated and socially constructed beliefs. Initially, we investigate how liberal discourse, although representing the interests of the dominant class, operates as if it expressed the interests of the social totality. Next, we discuss how the practices of agitation and propaganda can function as strategies for making explicit the implicit contradictions that sustain such discourse, revealing its ideological presuppositions. Finally, we will propose logical expressivism, as developed by Brandom, as a methodological tool capable of making explicit, resisting, contesting,

¹Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cuja banca de defesa foi composta pelos seguintes membros: Prof. Drº Bruno Ramos Mendonça, Prof. Drº Érico Andrade Marques de Oliveira e Prof. Drº Felipe Augusto Barreto Campello de Melo na seguinte data: 29 de julho de 2025.

² Graduando em Filosofia na UFPE.

³ Professor do Curso de Filosofia da UFPE.

and transforming the language games that reproduce domination, contributing to the construction of more emancipatory forms of life.

Keywords: language-games; agitation and propaganda; contradiction; logical expressivism

INTRODUÇÃO

O status de universalidade e neutralidade que naturaliza o discurso liberal é sustentado por crenças socialmente compartilhadas e tratadas como indiscutíveis, as quais articulam conceitos legitimadores do modelo de exploração capitalista. Propagado como universal, o discurso liberal esconde o seu caráter de classe, naturalizando crenças - como a liberdade individual, a meritocracia e a associação entre riqueza e trabalho. No interior do discurso liberal, a liberdade individual é apresentada como autonomia do sujeito para agir segundo sua vontade, desde que respeite a liberdade alheia. No entanto, essa concepção abstrata ignora as determinações sociais e materiais que limitam efetivamente as possibilidades de escolha. Um trabalhador precarizado, por exemplo, aceita condições indignas não por livre vontade, mas por ausência real de alternativas. Da mesma forma, a ideia de meritocracia, que atribui o sucesso ao esforço individual, desconsidera as desigualdades estruturais que condicionam os percursos sociais. O mérito, nesse contexto, torna-se um dispositivo ideológico que naturaliza privilégios. Se não consigo bons empregos é porque não me esforcei ou porque não tenho capacidade. Por fim, a associação entre riqueza e trabalho legitima a acumulação de capital como fruto do empenho pessoal, ocultando os processos de exploração e as formas de apropriação do trabalho alheio, como baixos salários e jornadas extensas de trabalho. Tais crenças, tidas como inquestionáveis, estruturam um discurso onde os explorados reproduzem práticas e ideias contrárias aos seus interesses. Em termos wittgensteinianos, podemos dizer que o oprimido ao aceitar essas crenças como indiscutíveis, joga o jogo de linguagem⁴ do opressor. Para Wittgenstein, jogos de linguagem são práticas construídas histórica e socialmente que fixam o significado

⁴ Jogos de linguagem é um conceito utilizado por Wittgenstein na obra "Investigações filosóficas" para se referir às formas variadas de utilização da linguagem em contextos diferentes, nos quais cada contexto apresenta regras próprias para produzir significados. Como diz o próprio Wittgenstein, "Chamarei jogos de linguagem a totalidade formada pela linguagem e pelas atividades com as quais está entrelaçada." (Cf. WITTGENSTEIN, 2022, §7)

de nossas atividades. O significado não está na correlação entre palavras e proposições com os objetos do mundo, mas no resultado do seu uso prático em determinado contexto, portanto tem um caráter normativo, está submetido a regras. Como Wittgenstein ressalta no (IF. §50), “não se pode atribuir o ser ao elemento pois, se ele não existisse, não se poderia tampouco nomeá-lo e muito menos falar sobre ele.”

Com isso, Wittgenstein mostra que buscar uma essência fixada pela correspondência das palavras com determinados objetos é insuficiente para compreender o significado. O sentido das palavras advém de seu uso efetivo, inserido em uma atividade e em práticas reguladas por regras, e não de uma simples relação de espelhamento com o mundo. “Seguir uma regra é uma prática” IF⁵(1953, §202), e o oprimido, ao reproduzir práticas do opressor, segue a regra do seu jogo de linguagem, muitas vezes de forma involuntária. Ao seguir o jogo de linguagem do opressor, o oprimido reforça a relação de dominação existente e reproduz uma forma de vida⁶ excludente. Nesse sentido, uma leitura marxista de Wittgenstein — como propõe Deegan (2025) —, torna possível imaginar alternativas concretas para a transformação das estruturas sociais, a partir de uma reflexão crítica sobre nossos usos linguísticos e as práticas normativas que os sustentam.

Ao questionarmos a universalidade das crenças do discurso liberal — como defendidas por Francis Fukuyama em *O Fim da História e o Último Homem* (1992), onde ele argumenta que a democracia liberal representa o ponto final da evolução ideológica da humanidade —, podemos abrir espaço para construção de um novo jogo de linguagem. Um jogo que desafie a noção de que o modelo liberal ocidental é o ápice civilizatório, e que permita contemplar os interesses do oprimido, reconhecendo que a história segue em aberto e que outras formas de organização social ainda são possíveis e desejáveis. Na perspectiva de “Fim da história”, conceitos como “liberdade individual”, “meritocracia” e “propriedade privada” passam a assumir o estatuto de universais.

Se a liberdade individual é um direito universal, por que o trabalhador não tem a liberdade de escolher ter acesso a uma saúde de qualidade? Se o sucesso está relacionado ao mérito, e à riqueza ao trabalho, por que a maioria dos trabalhadores

⁵ *Investigações Filosóficas* será citada neste artigo como DC.

⁶ O conceito de “forma de vida” foi apresentado por Wittgenstein na obra *Investigações filosóficas* e pode ser compreendido em termos sucintos, como o conjunto de práticas, hábitos, costumes e atividades que dão sentido à nossa linguagem.

esforçados, disciplinados e competentes permanecem na pobreza, enquanto herdeiros e rentistas acumulam riquezas sem jamais precisar demonstrar mérito algum? Indagações como estas, tem o objetivo de desvelar contradições internas do discurso liberal, explicitando inferências implícitas que utilizamos em nossas ações e práticas linguísticas contrárias aos nossos interesses. Recorrendo ao expressivismo lógico de Brandom (1994;2013), segundo o qual o vocabulário lógico tem a função de explicitar as inferências implícitas nos conceitos que já empregamos, questionar crenças estabelecidas — como, por exemplo, “trabalho gera riqueza” — pode tornar visíveis contradições incompatíveis com os compromissos normativos assumidos ao utilizarmos conceitos liberais. Ao tornar explícita a inferência liberal de que a riqueza resulta do trabalho, revela-se uma contradição fundamental: se é riqueza, então não é fruto do trabalho, mas da apropriação do mais-valor⁷ sobre a força de trabalho.

As categorias leninistas de **agitação** — mobilização das massas por meio da denúncia de injustiças específicas — e de **propaganda** — análise sistemática das causas estruturais dessas injustiças —, tal como formuladas em *O que fazer?* (2009), têm como finalidade central a transformação da forma de pensar dos oprimidos.

Esse processo visa não apenas à conscientização, mas à organização política das massas para a superação da ordem vigente. Trata-se, em última instância, de criar as condições para uma sociedade livre da lógica da exploração.

Em termos wittgensteinianos, podemos dizer que visam construir uma nova forma de vida, na qual seja possível construir um jogo de linguagem que expresse os interesses do oprimido e dê voz às suas experiências históricas e materiais.

Embora o discurso empregado na agitação e propaganda possa ser interpretado por uma perspectiva representacionista – que enfatiza o descompasso entre a ideologia dominante (o sistema de ideias e valores que naturalizam a forma de vida burguesa) e a realidade concreta dos oprimidos –, propomos aqui uma leitura inferencialista, expressivista e normativa⁸ das práticas discursivas da agitação e propaganda. Numa abordagem representacionista sobre meritocracia, podemos argumentar que pesquisas mostram que alunos de escolas públicas em regiões pobres têm menor acesso a materiais didáticos, alimentação adequada e transporte,

⁷ O conceito de *mais-valor* ou *mais-valia* na obra de Karl Marx e Friedrich Engels e diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador

⁸ Aqui usamos o termo normativo no sentido de ser regulado por regras.

o que afeta seu desempenho. Tal afirmação não corresponde à ideia de que o sucesso depende apenas do esforço individual. Para sustentar essa afirmação é necessário provar a verdade dos fatos. Já numa abordagem inferencialista, podemos alegar que, se em uma sociedade meritocrática apenas o esforço individual é suficiente para o sucesso, como posso defender a melhoria da educação pública como solução para desigualdades sociais? Estaríamos explicitando uma contradição.

Na abordagem inferencialista, expressivista e normativa, o objetivo principal não é estabelecer uma mera correlação entre realidade e consciência, mas em explicitar regras que fixam e articulam o significado de nossas práticas, desvelar contradições, disputar conceitos e significados, assumir novos compromissos discursivos que expressem, de modo mais fiel, os interesses das classes subjugadas. Como Marx adverte em *A Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 2007, p. 47), "as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes" – o que exige não apenas denunciar sua falsidade, mas reconfigurar radicalmente os jogos de linguagem⁹ que sustentam a hegemonia burguesa.

Neste artigo, defendemos o expressivismo lógico como método aplicável às ações de agitação e propaganda política. Sustentamos que tal abordagem permite explicitar as contradições internas do discurso liberal e, desta forma, contribuir para a mobilização dos oprimidos na construção de seus próprios jogos de linguagem. Esses novos jogos, apoiados em compromissos normativos diferentes do jogo do opressor, almejam criar formas discursivas mais emancipatórias e adequadas aos interesses das classes subalternas.

Para desenvolver nossa análise sobre as possibilidades do expressivismo lógico na crítica ao liberalismo por meio da agitação e propaganda (agitprop), organizamos este artigo em três seções centrais, além da introdução e da conclusão, são elas: 2. A naturalização do jogo de linguagem liberal: entre neutralidade, universalidade e normatividade; 3. Agitação e propaganda como prática linguística normativa; 4. Inferencialismo semântico, expressivismo lógico e a explicitação das contradições.

⁹O conceito wittgensteiniano de *jogos de linguagem* (Cf. WITTGENSTEIN, 2022, §7) está sendo usado aqui em analogia à ideia marxista de *ideologia*.

Na segunda seção, investigaremos como a gramática liberal¹⁰, ao empregar expressões como “Todo indivíduo é livre para escolher seu destino”, “Não há sucesso sem esforço” e “o trabalho enriquece”, se apresenta como neutra e universal, ocultando sua função normativa de sustentar relações de dominação. Nos jogos de linguagem do opressor, essas expressões operam como regras que mascaram desigualdades estruturais, mas que, ao serem recontextualizadas por meio de inferências como “se não tenho dinheiro, não sou livre para escolher uma saúde de qualidade”, “trabalho oito horas por dia e não fico rico, logo não tenho mérito suficiente” ou “herdeiro não trabalha, e é rico”, tornam-se capazes de explicitar as contradições internas do discurso liberal. Essas inferências revelam, de dentro do próprio jogo, a assimetria que ele busca naturalizar.

Na terceira seção, examinaremos a agitação e propaganda leninista (LENIN, 2009) como uma prática discursiva que não apenas expressa contradições, mas reconfigura os termos do engajamento político. Compreender a agitação e a propaganda como práticas discursivas normativas é reconhecer que elas operam segundo regras sociais historicamente construídas e que é possível revisá-las e reconfigurá-las sob a perspectiva do oprimido. Reconfigurar as regras do discurso político liberal é inserir novas inferências na sua rede de articulações, alterando assim, suas crenças constitutivas. Incluir no jogo de linguagem liberal inferências como, “a desigualdade social não decorre de falta de esforço individual, mas de estruturas históricas de exploração”, pode reorientar nossas práticas sociais para exigir a taxação de super ricos e o fim da escala 6x1, ao invés de buscar trabalhar mais para ficar rico. Isso contribui para enfraquecer a crença meritocrática de que a riqueza é fruto exclusivo do esforço individual.

Por fim, na quarta seção, buscamos articular o expressivismo lógico de Brandom (1994;2013) com a tradição marxista, a fim de propor um modelo de crítica capaz de explicitar as inferências implícitas do liberalismo — como por exemplo: a contradição entre a “igualdade formal” e a exploração real (HARVEY, 2005), na qual a precarização do trabalho é encoberta pela pseudo igualdade do direito legal e universal à propriedade. Nesse contexto, o expressivismo lógico opera como instrumento para tornar explícitos os compromissos normativos implícitos, abrindo caminho para sua contestação e revisão.

¹⁰ Conjunto de regras que articulam e orientam o significado das práticas da sociedade liberal.

Essa estrutura avança da denúncia da naturalização do discurso liberal (seção 1) para a proposta de uma leitura normativa da agitação e propaganda, na qual se disputa não apenas a correlação entre ideologia e realidade, mas as próprias regras que definem como essa correlação pode ser expressa (seção 2), culminando na proposição do expressivismo lógico como ferramenta teórica que torna essa disputa possível (seção 3).

1 A NATURALIZAÇÃO DO JOGO DE LINGUAGEM LIBERAL: ENTRE NEUTRALIDADE, UNIVERSALIDADE E NORMATIVIDADE

1.1 O jogo de linguagem liberal e a legitimação da forma de vida do opressor

A linguagem liberal apresenta-se, muitas vezes, como neutra e universal. Entretanto, quando analisada à luz das práticas discursivas que a sustentam, revela-se como um jogo de linguagem normativo, historicamente situado, e que dá sustentação à reprodução da forma de vida burguesa. A naturalização de conceitos como “liberdade individual”, “meritocracia” e “igualdade de oportunidades” não opera apenas na disputa de significados dentro das regras do jogo liberal, como a disputa entre “quem tem mérito ou não”, mas justifica uma gramática que legitima a ordem social vigente ao ocultar suas contradições estruturais. No pensamento liberal, liberdade individual é concebida como o direito de agir conforme a própria vontade, desde que não se viole o direito dos outros — como no caso do direito de expressão, em que cada um pode manifestar livremente suas opiniões. Meritocracia, por sua vez, é a ideia de que posições sociais devem ser conquistadas com base no esforço e na competência individual — por exemplo, quando se presume que o acesso a um cargo de destaque resulta exclusivamente da dedicação pessoal. Já a igualdade de oportunidades pressupõe que todos devem competir em condições justas, como se o acesso à educação pública fosse suficiente para equiparar as chances entre os diferentes grupos sociais. Essas concepções, ao serem tratadas como neutras ou universais, contribuem para a reprodução simbólica de uma estrutura social desigual, ao deslocar para o indivíduo a responsabilidade por seu lugar na hierarquia social sem considerar as relações sociais de opressão. Nesse

sentido, a disputa sobre quem possui ou não mérito oculta as estruturas sociais que impedem os pobres de acessar os critérios de mérito definidos pela lógica burguesa, legitimando, assim, a exploração.

Na perspectiva de Wittgenstein, os significados não são dados por representações internas ou definições abstratas, mas pelas práticas sociais em que os enunciados operam: “o significado de uma palavra é seu uso na linguagem” (IF, §43). Assim, o significado do vocabulário liberal é resultado das práticas sociais resultantes das formas de vida que o sustentam — formas essas profundamente atravessadas por desigualdades sociais. Sendo assim, defendemos que, baseados em uma estrutura social desigual, os jogos de linguagem moldados pela forma de vida liberal regulam o que se pode dizer, pensar e questionar, de modo que os próprios oprimidos acabam reproduzindo, em sua fala e ação, práticas contrárias aos seus interesses de classe.

É nesse sentido que Marx e Engels afirmam que “cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes se vê forçada, para alcançar seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade” (MARX; ENGELS, 2007, p. 52). A ideologia, portanto, não age como uma mentira consciente, mas como um conjunto de ideias que oculta o caráter histórico e contingente das relações sociais, apresentando-as como naturais. Como nos alerta Chauí (2000, 73), “a ideologia não é uma processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário, produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos”. Nos apropriando do vocabulário wittgensteiniano, entendemos que a ideologia está apoiada em uma forma de vida, nesse caso, na forma de vida liberal. O discurso liberal, ao operar nesses termos, mascara a exploração com uma linguagem de autodeterminação.

Recorrendo ao inferencialismo semântico e expressivismo lógico de Brandon, defendemos que as regras normativas implícitas no jogo de linguagem liberal são estabilizadas por meio de inferências não tematizadas. Quando afirmamos, por exemplo, que “a liberdade consiste em poder escolher”, estamos aceitando uma cadeia de compromissos inferenciais que pressupõe a igualdade de condições materiais — algo que, no capitalismo, não se verifica. Um morador da favela não escolhe a escola que quer estudar, ou o hospital que quer se tratar, ele “escolhe” aquele que cabe no seu bolso. Logo, a linguagem liberal, ao desconsiderar as

condições materiais das escolhas individuais, sustenta inferências que validam a exclusão como falha pessoal, e não como efeito de uma estrutura social.

A gramática do discurso liberal não apenas descreve o mundo, mas disciplina os modos de existência possíveis, de forma que alternativas ao jogo vigente tornam-se impensáveis.

Nesse contexto, a ideologia funciona como uma gramática invisível. O que está em jogo, portanto, não é apenas o conteúdo proposicional do discurso liberal, mas os modos normativos de sua circulação. Como observa Lenin (2009), a dominação não se mantém apenas pela coerção, mas também pela hegemonia ideológica que define o campo do pensável e do dizível. Sob essa perspectiva, entendemos que a agitação e a propaganda, são formas de romper com essa naturalização, deslocando os significados e reorganizando os compromissos inferenciais que estruturam a consciência política.

Dessa forma, defendemos que o jogo de linguagem liberal deve ser entendido como uma prática normativa enraizada em uma forma de vida desigual, sustentada por uma ideologia que se apresenta como racionalidade neutra. Seu poder está justamente na invisibilidade de suas regras, que operam não como imposições externas, mas como hábitos de pensamento incorporados às práticas linguísticas e ações dos sujeitos sociais, inseridos em uma forma de vida liberal. Defendemos que, identificar e explicitar essas regras, como propõem tanto o expressivismo lógico de Brandom, quanto a crítica da ideologia marxista, é um passo importante para desestabilizar a legitimação discursiva da forma de vida do opressor.

1.2 Crítica às pretensões de neutralidade e racionalidade universal do liberalismo.

A racionalidade liberal se apresenta como portadora de um discurso neutro, técnico e universal, fundado em princípios supostamente racionais e atemporais, como a liberdade individual, a igualdade formal e a meritocracia. No entanto, uma análise crítica, nos moldes do materialismo histórico e da filosofia da linguagem contemporânea, pode ser seminal para compreender os princípios que operam como regras normativas que, ao serem naturalizadas, ocultam sua origem histórica e seu vínculo com os interesses de classe na sociedade atual.

A neutralidade, portanto, é uma máscara; e a gramática, uma forma específica de organização simbólica que serve à manutenção da ordem existente.

Wittgenstein, por sua vez, nos fornece os instrumentos conceituais para compreender como essa “universalidade” é, na verdade, um efeito de práticas linguísticas enraizadas em formas de vida determinadas. A pretensão de que termos como “liberdade” ou “igualdade” possuem significados estáveis e universais, ignora que esses termos funcionam de maneiras diversas conforme o contexto social em que são mobilizados. Liberdade para quem mora nos EUA, pode ser o direito de votar, já para um negro que mora numa favela do Brasil, pode ser a andar na rua sem ser constrangido pela polícia.

O liberalismo constrói, assim, uma imagem de si como desinteressado, racional e transparente, naturalizando a ideia de que a vontade individual é o único meio de autopromoção, como nos ensina Andrade (2019). No entanto, na verdade está comprometido com a sustentação de formas históricas de desigualdade. A racionalidade que afirma ser “universal” omite os processos de exclusão que tornam essa universalidade inatingível para os oprimidos. Como nos ensina Campello (2022), essa exclusão esconde afetos dos oprimidos historicamente produzidos, mas que não podem ser relatados pela racionalidade burguesa.

O discurso liberal, ao se afirmar técnico e neutro, impede que seus pressupostos normativos sejam objeto de disputa. É o que ocorre quando se afirma, por exemplo, que as regras do mercado são “naturais”, que a liberdade é um dado, ou que as escolhas individuais são suficientes para garantir justiça social.

Defendemos que o inferencialismo semântico de Robert Brandom contribui para desvelar a dimensão normativa e contingente desses discursos. Toda asserção carrega consigo um conjunto de inferências que a tornam inteligível. Afirmar, por exemplo, que “todos são livres” implica aceitar as inferências de que “se alguém fracassa, é porque não soube escolher” ou “se é pobre, é por falta de mérito”. Dessa forma, defendemos que o que se apresenta como uma proposição neutra, carrega assim, compromissos discursivos que reproduzem relações de dominação.

Sob essa perspectiva, a crítica não se limita a negar os termos do liberalismo, mas busca explicitar os compromissos normativos que sustentam sua gramática discursiva. Isso significa deslocar o debate do plano da representação (falsa ou verdadeira) para o plano da normatividade: que regras tornam possível dizer o que é dito? Quais inferências são autorizadas ou bloqueadas por um determinado uso linguístico? Como propõe Brandom (2010), o que está em jogo não é apenas o que se diz, mas o que se faz ao dizer.

Lenin, em *O que fazer?* (2009), já reconhecia que a dominação burguesa não se mantinha apenas pela força material, mas também pela capacidade de moldar a consciência dos oprimidos por meio de dispositivos ideológicos. A crítica à racionalidade liberal, em nossa interpretação, exige uma intervenção ativa nos jogos de linguagem que a sustentam — uma prática de agitação e propaganda que não apenas denuncia, mas desestabiliza os modos de enunciação dominantes.

Por fim, Wittgenstein lembra em “Sobre a certeza” que há afirmações que não são verificadas, mas aceitas como fundamentos do discurso: “não é que duvidemos, mas que nossa linguagem não permite a dúvida” (§519). A racionalidade liberal, ao operar como certeza fundacional do discurso moderno, torna-se resistente à crítica justamente por estruturar normativamente os discursos político, jurídico e econômico. Crenças como “sou livre para fazer escolhas” e “o sucesso é consequência do esforço” articulam conceitos que não permitem perceber questões como a falta de liberdade para escolher o emprego e associação entre riqueza e herança.

Desarticular o discurso liberal, portanto, é tarefa filosófica e política: trata-se de reabrir o espaço do questionamento sobre aquilo que o liberalismo apresenta como indiscutível. Desnaturalizar suas pretensões de neutralidade e universalidade é o primeiro passo para construir outras formas de vida e outros jogos de linguagem — fundados não na exclusão e na aparência da razão, mas na partilha concreta das condições de fala, escolha e ação.

2 AGITAÇÃO E PROPAGANDA COMO PRÁTICA LINGUÍSTICA NORMATIVA:

2.1 Fundamentos teóricos da Agitação e Propaganda

A distinção entre agitação e propaganda foi sistematizada de forma clássica por Vladimir Ilitch Lênin, em sua obra *O que fazer?* (2009), na qual ele define esses termos como formas complementares, porém distintas, de intervenção política. Para Lênin, a propaganda visa a difusão sistemática e aprofundada de ideias, geralmente direcionada a um público restrito e mais preparado teoricamente; já a agitação tem como objetivo mobilizar emocionalmente as massas por meio de palavras de ordem e denúncias mais imediatas e acessíveis. Nas palavras do autor:

Por propaganda entenderíamos a explicação revolucionária de todo o regime actual, ou das suas manifestações parciais, quer isso se faça de uma forma acessível somente a algumas pessoas ou às grandes massas. Por agitação, no sentido estrito do termo (sic!) entenderíamos o apelo dirigido às massas para certas acções concretas, a promoção da intervenção revolucionária directa do proletariado na vida social. (LÊNIN, 2009, 67).

Essa distinção tem forte base filosófica e estratégica, pois remete à compreensão da consciência política como processo histórico e pedagógico. A propaganda atua no plano da formação teórica e da elaboração ideológica, enquanto a agitação opera no plano do despertar afetivo e moral, funcionando como momento de ruptura com a passividade ideológica. Como exemplo de agitação, temos a mobilização contra a escala trabalho 6x1, enquanto as explicações das raízes estruturais dessa jornada de trabalho é um bom exemplo de propaganda. Defendemos que, ambas são práticas linguísticas normativas, no sentido de que moldam a forma como os indivíduos se posicionam diante da realidade social, e como estes assumem compromissos e passam a inferir a partir de uma nova visão de mundo.

Nos Cadernos do Cárcere, Antonio Gramsci (2002) amplia essa concepção ao enfatizar o papel do intelectual orgânico e da disputa hegemônica como dimensões centrais da luta ideológica. A agitação e a propaganda, nesse contexto, não são apenas meios de comunicação, mas práticas culturais que visam transformar o senso comum em consciência crítica. Gramsci afirma: “Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica.” (Cadernos do Cárcere, Caderno 10, §44).

Essa pedagogia política implica um trabalho linguístico de reconfiguração dos significados dominantes, o que aproxima a análise gramsciana da ideia de linguagem como prática social normativamente regulada, tal como propõem autores contemporâneos como Robert Brandom. Defendemos que, por meio da agitação e propaganda, é possível explicitar inferências implícitas no jogo de linguagem liberal que, trazidas à tona, podem provocar o surgimento de novos jogos de linguagem nos quais os sujeitos são chamados a rearticular de inferências que implicam uma transformação de seus compromissos práticos e conceituais .

No cenário contemporâneo, a prática da agitação e propaganda encontra novos desafios e meios. Redes sociais, podcasts, vídeos curtos e memes passaram a ser instrumentos de agitação e propaganda digital, mas frequentemente esvaziados de conteúdo crítico e capturados por lógicas de mercado e de

polarização superficial. Por exemplo, campanhas como “#EleNão” ou “Lula Livre” mobilizam amplamente afetos e identidades, mas nem sempre são acompanhadas de uma propaganda teórica capaz de aprofundar a crítica ao sistema capitalista ou de organizar uma estratégia de longo prazo. Ao mesmo tempo, setores da extrema-direita têm utilizado com eficácia formas contemporâneas de agitação — como influenciadores, memes, fake news — articuladas a uma propaganda ideológica autoritária, o que mostra que a batalha de ideias continua sendo um campo decisivo da luta de classes.

A partir disso, torna-se evidente a atualidade do debate leninista-gramsciano: sem articulação entre teoria e prática, entre emoção e razão, entre formação crítica e mobilização afetiva, a linguagem política se fragiliza. A revitalização da agitação e propaganda hoje exige compreender a linguagem não apenas como meio de transmissão, mas como prática que forma sujeitos, estabelece normas de conduta discursiva e produz efeitos performativos no real.

2.2 A linguagem política como intervenção no mundo, não apenas como representação.

A linguagem, na tradição iluminista e liberal, foi muitas vezes concebida como um espelho da realidade — um instrumento neutro para descrever fatos ou expressar opiniões individuais. Contudo, a prática política revolucionária, especialmente na formulação de Lenin e Gramsci, rompe com essa perspectiva representacionista ao compreender a linguagem como meio de intervenção na realidade social. A linguagem, nesse horizonte, não apenas descreve o mundo, mas o reorganiza, articula sujeitos e engaja forças históricas. Como escreve Gramsci, “toda linguagem é já uma concepção de mundo”; por isso, ela é palco de disputas hegemônicas, e não simples reflexo de interesses (Cadernos do Cárcere, Caderno 3, §34).

Em *O que fazer?*, Lenin já apontava que a linguagem política não serve apenas para diagnosticar injustiças, mas para construir consciência, formular direções estratégicas e produzir engajamento coletivo. A palavra do militante, ao denunciar a opressão ou proclamar um programa, não visa apenas ao convencimento lógico, mas à persuasão prática, à conversão ideológica dos ouvintes — ou seja, à alteração dos compromissos normativos que sustentam suas

crenças e formas de vida. Como observa Marcos Silva, “converter uma audiência não é apenas fazê-la aceitar uma proposição, mas realinhar seus compromissos inferenciais e identidades dentro da prática discursiva” (SILVA, 2016, p. 155).

A agitação e propaganda leninistas, nesse sentido, se inscrevem muito mais no campo da persuasão do que no convencimento racional-formal. Elas visam mudar o jogo de linguagem dos oprimidos, deslocar os fundamentos tácitos de sua compreensão do mundo. Isso significa que a eficácia do discurso político não se mede por sua coerência lógica apenas, mas pela capacidade de produzir conversão discursiva — de reconfigurar as normas e inferências que estruturam a ação coletiva. Como escreve Silva, “a conversão envolve aspectos pragmáticos, como mudança de vocabulário, formas de raciocínio e pertencimento comunitário” (SILVA, 2016, p. 153).

Esse entendimento aproxima-se da concepção de linguagem de Brandom (1994;2000), para quem enunciar algo é sempre participar de um jogo normativo, no qual se assumem e se distribuem compromissos e permissões inferenciais. Assim, dizer “a classe trabalhadora deve se organizar” não apenas descreve um fato, mas convoca um compromisso, provoca deslocamentos nos modos de agir e pensar. Toda enunciação política, sob essa ótica, é também uma ação transformadora do mundo social, especialmente quando visa desestabilizar inferências naturalizadas como “se trabalho muito, então vou ficar rico” ou “se sou um ser humano, então sou livre para fazer escolhas”.

Frente a isso, usar a linguagem como prática política consciente implica reconhecer que toda fala política é um ato normativo: ela posiciona sujeitos, redefine compromissos e mobiliza formas de vida. Quando o militante fala, confronta a forma de vida do opressor e busca reorganizar as regras que estruturam seu jogo de linguagem — ou seja, tentar construir uma nova forma de vida.”. Ao questionar o fato de a maioria das pessoas trabalharem duro e não ficarem ricas, o militante envolvido na agitação e propaganda procura alterar os compromissos assumidos quando se refere à riqueza. Ao invés de, “se é rico, então trabalhou duro”, deveríamos assumir que, “se é rico, então é herdeiro ou explorou a força de trabalho dos empregados”. A agitação e a propaganda, nesse sentido, são formas de intervenção linguística que visam não apenas à transmissão de ideias, mas à produção de novos modos de subjetivação coletiva. Elas operam como práticas de persuasão normativa,

buscando converter consciências e reorganizar os fundamentos do imaginário político — e, assim, se tornam verdadeiramente forças materiais da história.

2.3 A atualidade da função mobilizadora e normativa da agitação e propaganda como contraponto ao ideal liberal de neutralidade.

O discurso político liberal tradicionalmente se ancora em uma concepção de linguagem que se pretende neutra, racional e desinteressada. Esse ideal — herdado do Iluminismo — apresenta o espaço público como uma arena onde sujeitos livres e iguais debatem ideias concorrentes, regulados por critérios universais de objetividade. No entanto, essa imagem é, em si, ideológica: oculta o fato de que toda linguagem está situada em relações de poder e o discurso é uma tomada de posição normativa, onde assumimos compromissos.

Na tradição marxista, essa crítica à neutralidade assume centralidade. A linguagem, longe de ser um espelho da realidade, é um instrumento de dominação e reprodução de classe. Como afirmam Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista, “a classe que detém o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante” (MARX; ENGELS, 2008, p. 58). A linguagem dominante, portanto, é sempre a linguagem de uma classe dominante, e o seu caráter ideológico reside justamente na capacidade de se apresentar como neutra, universal e desvinculada da materialidade social. A ideologia transforma o contingente em necessário, o histórico em natural, o interesse particular em verdade objetiva.

Dessa forma a agitação e propaganda (agitprop) se apresentam como práticas contra-hegemônicas. Ao invés de buscar imparcialidade, elas assumem seu caráter explicitamente normativo e mobilizador, articulando linguagem e ação política. Em *O que fazer?*, Lenin enfatiza que a comunicação revolucionária deve ir além da crítica analítica: é necessário “suscitar o descontentamento, a indignação da massa contra essa injustiça gritante” (LENIN, 2009, p. 69). A palavra do militante não se limita a descrever a realidade — ela interpela, convoca, organiza sujeitos e reconfigura o campo do possível.

O discurso liberal, ao mobilizar termos como “liberdade individual”, “mérito” ou “propriedade privada”, não revela a realidade, mas produz efeitos de apagamento, travestindo exploração em escolha, desigualdade em oportunidade e expropriação em propriedade legítima. A função da agitação e propaganda, nesse cenário, é

romper esse apagamento simbólico, restituindo à linguagem sua dimensão crítica e histórica. Como afirmam Silva e Pennycook (2025, 30), “ Enquanto as regras forem usadas para nos silenciar, haverá anomalias pelas quais vale a pena lutar”. Enquanto a gramática do opressor impedir o oprimido de expressar sua condição de sofrimento, caberá à agitação e propaganda agir para reconfigurá-la, desestabilizando a forma de vida que a sustenta.

Wittgenstein, ao conceber a linguagem como parte de uma “forma de vida” (IF, §23), reforça o caráter situado e prático do sentido. As palavras têm uso e efeito no interior de práticas sociais determinadas. Em “Sobre a certeza”, ele mostra que certos enunciados permanecem inquestionáveis, não porque sejam evidentes em si, mas porque fundamentam implicitamente os jogos de linguagem que praticamos (§341). Defendemos que a agitação e a propaganda atuam nesse ponto, abalando certezas implícitas, desnaturalizando inferências dominantes e abrindo novas possibilidades discursivas e de práticas sociais.

No presente, essa função é mais necessária do que nunca. O discurso neoliberal, travestido de racionalidade técnica, opera o esvaziamento do político, transformando decisões que afetam vidas concretas em meras questões de gestão.

Nesse sentido, a agitação e a propaganda seguem indispensáveis na militância política. Como argumenta Fazzio (2019): “Organizar de modo consequente e planejado a atuação dispersa de centenas de militantes é uma das questões candentes de nosso movimento, no século XXI”. Aqui, Fazzio enfatiza a necessidade de adaptação da militância aos novos meios de difusão do discurso do oprimido..

Contra a neutralidade artificial do discurso liberal, a agitação e propaganda resgatam a palavra como ferramenta de desvelamento e ação, rearticulando a tensão entre as contradições internas do capitalismo.

A linguagem política, portanto, não é neutra onde consciências livres debatem abertamente seus pontos de vista, mas campo de disputa entre formas de vida¹¹. Dessa forma, entendemos que a agitação e a propaganda, compreendidas como práticas linguísticas normativas, são condições materiais da crítica e da emancipação.

¹¹ Disputa entre formas de vida distintas é um tema abordado por Camila Jourdan no artigo *Desacordos profundos na guerra das formas de vida* (2022).

3 EXPRESSIVISMO LÓGICO, AGITPROP E A EXPLICITAÇÃO DAS CONTRADIÇÕES LIBERAIS

3.1 Inferencialismo semântico: O jogo de dar e pedir razões na agitprop

Entendemos que, compreender a agitação e propaganda (agitprop) como práticas discursivas normativas, exige ultrapassar a visão representacional da linguagem, ainda dominante nos modelos liberais de racionalidade. Enquanto o liberalismo tende a conceber a linguagem como instrumento de descrição de fatos no mundo, ou expressão de opiniões individuais, defendemos que, mesmo sem propor uma ruptura das relações sociais de exploração, o inferencialismo semântico — como formulado por Brandom (1994;2000) — pode funcionar como uma ferramenta de quebra de paradigmas ao explicitar contradições internas do discurso liberal.

Nesse jogo, as afirmações não valem por espelhar a realidade, mas por estarem inseridas em uma rede de inferências que as tornam significativas, vinculadas a compromissos e permissões. Como explica Brandom (2001), ao fazer uma asserção, o falante se compromete com certas consequências e se torna responsável por justificar seu enunciado. A linguagem, assim, não apenas descreve o mundo: ela organiza a prática social e institui compromissos normativos.

Aplicado à agitação e propaganda, isso significa reconhecer que o discurso militante não apenas denuncia injustiças, mas reconfigura o campo do que se pode dizer, exigir e fazer. Quando um agitador afirma que “a meritocracia é uma farsa”, ele não está simplesmente emitindo uma opinião pessoal, mas intervindo ativamente em um jogo de linguagem. Seu enunciado implica a recusa de pressupostos normativos tácitos — como a inferência de que “se me esforço, então terei sucesso” — e convoca à revisão dos compromissos inferenciais socialmente compartilhados. Ao propor novas articulações inferenciais, como “a maioria das pessoas trabalha intensamente e ainda assim não conquista o mínimo, como a casa própria”, o agitador desestabiliza o senso comum burguês e reconfigura as condições de legitimidade discursiva, exigindo razões onde antes havia apenas naturalização ideológica. Nesse sentido, defendemos que a agitação e propaganda é uma forma de modificar o campo semântico e normativo em que os sujeitos estão inseridos.

Articulamos aqui a concepção inferencialista de Brandom com a tradição leninista, para quem a função da linguagem política não é apenas informativa, mas

organizadora e estratégica. A palavra de ordem, o panfleto, o discurso de comício: todos são atos linguísticos que visam alterar crenças, mobilizar afetos e instaurar novos compromissos coletivos. A militância, nesse contexto, participa ativamente de um jogo normativo que busca redefinir as condições da fala política legítima.

Essa prática encontra também eco na filosofia de Wittgenstein, para quem o significado de uma palavra está em seu uso no interior de uma forma de vida (IF, §23). A agitação e propaganda não opera em abstrato, mas dentro de práticas sociais historicamente situadas, onde certas inferências são naturalizadas e outras tornadas impensáveis. Nesse sentido, defendemos que a função crítica da agitação e propaganda é tornar explícitos os compromissos implícitos do discurso dominante — como os que associam “liberdade” ao direito de propriedade privada e “responsabilidade individual” à aceitação de condições de vida precárias. Ao mesmo tempo, ela propõe novos caminhos inferenciais, alinhados aos interesses dos oprimidos, como “liberdade é ter acesso à saúde e educação de qualidade” e “as condições precárias do trabalhador refletem a exploração de classe

Ao romper com inferências tácitas que sustentam o jogo de linguagem liberal, a agitação e propaganda intervêm no nível normativo da práxis discursiva, criando novas possibilidades de sentido e ação. Essa ruptura é possível precisamente porque, como lembra Brandom (2000, p. 45), “tomar parte no jogo da linguagem é assumir um lugar na ordem do raciocinar e do justificar”. A agitação e propaganda insere o oprimido nesse jogo de forma ativa, oferecendo não apenas informações, mas ferramentas para que ele participe da disputa semântica e normativa em curso.

Portanto, o papel da agitação e propaganda, à luz do inferencialismo, é explicitar, desestabilizar e reconfigurar os compromissos normativos que estruturam o discurso liberal. Ela transforma o campo da linguagem ao convocar o outro não apenas a ouvir, mas a responder, a justificar, a se posicionar. Nesse processo, constrói-se uma nova gramática política, que não apenas denuncia a exploração, mas torna possível sua superação discursiva e prática.

Portanto, o papel da agitação e propaganda, à luz do inferencialismo que de, é explicitar, desestabilizar e reconfigurar os compromissos normativos que estruturam o discurso liberal. Ela transforma o campo da linguagem ao convocar o outro não apenas a ouvir, mas a responder, a justificar, a se posicionar. Nesse processo, constrói-se uma nova gramática política, que não apenas denuncia a exploração, mas torna possível sua superação discursiva e prática.

3.2 Expressivismo lógico como método de explicitação de inferências implícitas

Ao compreender a linguagem como uma atividade normativa, o expressivismo lógico — desenvolvido por Brandom (1994;2000) — oferece ferramentas conceituais potentes para analisar os discursos políticos como práticas de explicitação de compromissos. Para Brandom, o papel da lógica não é oferecer fundamentos eternos ou neutros para o pensamento, mas tornar explícitas as relações inferenciais que operam implicitamente nas práticas discursivas cotidianas (BRANDOM, 2000). Nesse sentido, a lógica, longe de ser um tribunal externo da razão, é uma forma de expressar normativamente o que já está pressuposto no uso dos enunciados.

Essa concepção adquire um aspecto relevante quando aplicada à prática de agitação e propaganda (agitprop). O militante, ao enunciar uma crítica ou formular uma palavra de ordem, não se limita a opor um conteúdo alternativo ao opressor; ele busca expor os compromissos normativos ocultos nos discursos hegemônicos e propor novas articulações inferenciais. Dizer, por exemplo, que “a meritocracia justifica a desigualdade estrutural” é mais do que fazer uma denúncia: é explicitar os elos inferenciais que ligam um termo aparentemente neutro a práticas sociais excludentes.

O liberalismo, enquanto forma de vida e gramática política, opera com uma série de inferências naturalizadas. No jogo de linguagem burguês, “liberdade” se infere de “propriedade privada”, “mérito” se infere de “desigualdade” e “ordem” se infere da repressão. Essas relações, no entanto, raramente são tematizadas: funcionam como pressupostos tácitos, sustentados pela ideologia e pela rotina discursiva. A função crítica da agitação e propaganda, quando orientada pelo expressivismo lógico, é precisamente tornar essas inferências visíveis e disputáveis.

Como lembra Brandom (2000, p. 105), “o que distingue os conceitos é o papel que desempenham em práticas inferenciais”. Portanto, explicitar um conceito — como “liberdade” ou “trabalho” — é mostrar quais afirmações ele autoriza, quais compromissos ele acarreta e quais consequências ele permite inferir. A agitação e propaganda, nesse quadro, se revela como uma operação expressivista: ela desnuda os compromissos latentes, denuncia os silêncios estratégicos e introduz novos termos capazes de reorganizar o campo do possível.

As “certezas” que orientam nossos enunciados não estão necessariamente explícitas, mas operam como pontos de apoio invisíveis (DC¹², §§341–343). A agitação e propaganda age justamente sobre essas certezas tácitas que funcionam como dobradiças, questionando as bases do senso comum e deslocando o campo normativo onde os enunciados adquirem sentido.

Lenin, por sua vez, compreendia a teoria como um elemento constitutivo da prática política. Em *O que fazer?*, ele defende que a consciência de classe não surge espontaneamente, mas precisa ser organizada discursivamente, por meio de uma linguagem capaz de evidenciar as contradições e articular as experiências dispersas da exploração. Nesse sentido, o militante opera como alguém que explicita as conexões causais e normativas invisíveis na vida cotidiana do oprimido, convertendo sofrimento em posição política.

O expressivismo lógico, portanto, não precisa ser uma técnica formal ou acadêmica de análise, mas um método de intervenção discursiva que busca explicitar as estruturas normativas subjacentes aos jogos de linguagem sociais. Quando integrado à prática de agitação e propaganda, ele se revela um recurso teórico-político fundamental: permite iluminar o não-dito, denunciar as contradições encobertas e construir novos compromissos discursivos com potência emancipatória.

3.3 Explicitando as contradições internas do pensamento liberal e subvertendo o jogo de linguagem liberal.

O pensamento liberal funda-se em um jogo de linguagem que naturaliza a equivalência entre liberdade e propriedade, mérito e justiça, ordem e legalidade. No entanto, esses termos operam dentro de um campo semântico saturado por inferências tácitas, ou certezas dobradiças¹³, cuja normatividade se impõe sem ser tematizada. O papel crítico da agitação e propaganda — aqui compreendida à luz do expressivismo lógico e do inferencialismo semântico — é precisamente tornar visível o que opera no subterrâneo dessas enunciações: seus compromissos normativos ocultos e suas contradições internas.

¹² Neste artigo, *Da Certeza* será citado como *DC*.

¹³ Certezas dobradiças são aquelas proposições que são pré-condições para a própria possibilidade de questionamento racional. Não estão sujeitas a dúvida. Esse conceito foi desenvolvido no livro *Investigações filosóficas* de Wittgenstein e foram debatidas por autores como Nara e Smith em *Epistemologia dos eixos: interpretações e debates sobre as (in)certezas de Wittgenstein*.

Nos apropriando do inferencialismo brandomiano, entendemos que, desmontar o jogo de linguagem liberal não consiste em refutar proposições isoladas, mas alterar os vínculos que conectam enunciados, crenças e ações no interior de um sistema discursivo. Como aponta Brandom (2000), participar do jogo de dar e pedir razões é assumir compromissos com determinadas inferências. Partindo dessas premissas, entendemos, que há uma subversão não apenas temática, mas estrutural, onde se exige reconfigurar os sentidos normativos que ligam, por exemplo, “liberdade” à “autonomia econômica”, ou “trabalho” à “realização pessoal”.

Nesse processo, a crítica à naturalização das proposições fundamentais do discurso liberal se aproxima da análise wittgensteiniana das proposições dobradiças — aquelas proposições que, embora inquestionadas no uso comum da linguagem, fundamentam as práticas discursivas sem serem tematizadas. Em *Sobre a certeza*, Wittgenstein observa que tais proposições são o “fundo imóvel” de nossas práticas. Xavier e Silva (2023), a partir de uma leitura neopragmatista, defendem que essas proposições podem e devem ser tematizadas criticamente quando em choque com outras formas de vida.

A agitação e propaganda, nesse sentido, não apenas denunciam injustiças concretas, mas produzem um deslocamento epistemológico. Elas tornam visíveis as proposições-dobradiças do liberalismo — como “o indivíduo é a unidade básica da sociedade” ou “os mercados tendem naturalmente ao equilíbrio” — e as submetem à crítica histórica e política. É nesse gesto que reside sua potência subversiva: ao explicitar o que está implícito, elas abrem espaço para novos jogos de linguagem, nos quais outros compromissos possam ser assumidos, e outras vidas possam ser vividas, como por exemplo: “os indivíduos estão inseridos dentro da sociedade, só podem agir dentro das suas relações sociais” e “os mercados até hoje só provocaram desigualdades.

Essa tarefa também implica uma revisão da lógica normativa que estrutura os sistemas de justificação. A bidirecionalidade normativa, conforme desenvolvida por Silva e Ferreira (2022), aponta que a legitimidade de um princípio só pode ser assegurada se houver um movimento duplo: da teoria para as práticas e das práticas para a teoria. No entanto, o discurso liberal opera frequentemente de forma unidirecional, apenas da teoria para prática de forma descendente — legitimando desigualdades materiais a partir de princípios teóricos que se auto justificam e justificam as desigualdades sociais. O papel da agitação e propaganda, ancorada no

expressivismo lógico, é de certa forma, restaurar a bidirecionalidade negada pelo discurso liberal opressor, exigindo que as práticas sejam justificáveis à luz das vidas que afetam.

Desse modo, a agitação e propaganda, deixam de ser apenas um instrumento de comunicação política para tornar-se uma prática filosófica: uma forma de explicitação crítica e intervenção normativa, capaz de questionar as formas de vida dominantes, desnaturalizar suas bases semânticas e propor novos critérios para o que pode ser dito, vivido e transformado. Sua atualidade reside justamente nessa capacidade de romper com o “bom senso” liberal e instaurar uma gramática da insubmissão.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, defendemos o expressivismo lógico aplicado à agitação e propaganda como um método de explicitação das contradições internas do discurso liberal. Essa abordagem tem o potencial de reorganizar crenças sedimentadas e de abrir caminho para a constituição de novos jogos de linguagem orientados por compromissos emancipatórios. Ao explicitar inferências implícitas que naturalizam a opressão — como aquelas que associam meritocracia ao sucesso ou liberdade à propriedade — torna-se possível desvelar o caráter estrutural da exclusão social. Enunciados como “a maioria dos trabalhadores têm jornadas exaustivas e não enriquece” ou “a liberdade individual não garante liberdade de escolha” funcionam, nesse contexto, como contra-inferências capazes de deslocar as dobradiças normativas do discurso dominante e reconfigurar o campo do possível.

Ao propor o expressivismo lógico como instrumento de intervenção filosófico-política, não pretendemos uma conversão universal — nem mesmo entre os que sofrem os efeitos do discurso liberal. Sabemos que os processos de adesão ou resistência às práticas de dominação envolvem elementos afetivos, simbólicos e coercitivos, que nem sempre se submetem à racionalidade argumentativa.

Ainda assim, sustentamos que a abordagem expressivista permite explicitar as contradições internas do liberalismo, possibilitando a revisão crítica de suas proposições fundamentais. A partir disso, é possível disputar os significados naturalizados, resistir às pretensões de neutralidade e universalidade do discurso liberal e reconfigurar suas regras. Dessa forma, pode-se mobilizar os oprimidos para

um enfrentamento semântico e material voltado à construção de formas de vida mais justas e solidárias, ancoradas não em representações mentais idealizadas, mas na partilha concreta das condições de fala, escolha e ação operadas através das nossas práticas sociais compartilhadas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Érico. **Sobre Losers**: fracasso, impotência e afetos no capitalismo contemporâneo. Editora: Editora CRV. 2019

BRANDON, R. **Articulando Razões**: Uma Introdução Ao Inferencialismo. Agemir Bavaresco, Eduardo Garcia Lara, Juliano do Carmo (Orgs). Tradução de Agemir Bavaresco et al.. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

BRANDON, R. **Articulating reasons**: an introduction to inferentialism. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

BRANDON, R. *Making It Explicit*. Harvard University Press, 1994.

BRANDON, R. **Expression, and Induction**. *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, Vol. 54, No. 2, Colloquium on Sellarsian Philosophy. Springer (Sep., 1988), pp. 257-285
<https://www.jstor.org/stable/4319984> Accessed: 16-05-2020 16:09 UTC

CAMPELLO, Felipe. **Crítica dos afetos**. Autêntica Editora, 2022

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Coleção primeiros passos; vol. 13 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

DEEGAN, Marc James. **A Marxist reading of Ludwig Wittgenstein**: Making the case for social and political change. *Philosophy and Social Criticism* 2025, Vol. 51(2) 187–207 © The Author(s) 2023. [A Marxist reading of Ludwig Wittgenstein: Making the case for social and political change](#) acessado em 19/07/2025

FAZZIO, G. L. **O que é agitação e o que é propaganda? Algumas questões na era das mídias digitais**. lavrapalavra, 2019.
<https://www.lavrapalavra.com/2019/01/21/o-que-e-agitacao-e-o-que-e-propaganda-algumas-questoes-na-era-das-midias-digitais/> acessado em 10/03/2025.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. 3. ed. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho et al. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. (6 volumes).

HARVEY, David. **Breve história do neoliberalismo**. Tradução de José da Silva. São Paulo: Editora XYZ, 2005.

JOURDAN, Camila Rodrigues. **Desacordos profundos na guerra das formas de vida**. O que nos faz pensar, Rio de Janeiro, n. 54, p. 171–192, 2021. Disponível em: <https://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/oqnf/article/view/805>. Acesso em: 19 jul. 2025.

LENIN, Vladimir Ilyich. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. Tradução: Silvio Donizete Chagas. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2002.

LENIN, Vladimir Ilyich. **O que fazer?** Tradução de João da Silva. São Paulo: Editora XYZ, 1985

LENIN, Vladimir Ilyich. **O que fazer?**. Questões candentes de nosso movimento. São João del Rei: Estudos Vermelhos. 2009. E-book. Kindle

LUGG, Andrew. **Wittgenstein's Investigations**: a guide and interpretation. London and New York: Routledge, 2000.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Tradução: Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade E Dinah de Abreu Azevedo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K; ENGELS F. **Manifesto Comunista**. Tradução: Petê Rissati. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022.

MCGINN Marie. **Wittgenstein and the Philosophical Investigations**. New York: Routledge, 2002.

SILVA, Marcos; FERREIRA Acácio. **Revisão da Lógica, Equilíbrio Reflexivo e Bidirecionalidade Normativa**. ANALYTICA, Rio de Janeiro, vol 26 no 1, 2022, p. 62-79 | [Vista do Revisão da Lógica, Equilíbrio Reflexivo e Bidirecionalidade Normativa](#) Acessado em: 20/07/2025.

SILVA, Marcos. **Persuasion over conviction**: on the role of conversion in logical conflicts between realists and anti-realists In: Academia.edu, 2016. [\(51\) 2016"Persuasion over conviction: On the role of conversion in logical conflicts between realists and anti-realists"](#) Acessado em: 20/07/2025.

SILVA, Marcos; PENNYCOOK, Pedro. **“Eu sou homem” é uma certeza-dobradiça? Sobre gênero, antifundacionalismo, e a possibilidade de mudança de uma Weltbild**. 2025, No prelo

SMITH, Plínio Junqueira; FIGUEIREDO, Nara Miranda de (orgs.). *Epistemologia dos eixos: interpretações e debates sobre as (in)certezas de Wittgenstein*. São Paulo: Editora Fi, 2025.

STERN, David G. **As investigações filosóficas de Wittgenstein**: uma introdução. Stern. Tradução de Marcelo Carvalho e Fernando L. Aquino. –São Paulo: Annablume, 2012. (Coleção Filosofia e Linguagem). 300 p.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Tradução de Giovane Rodrigues, Tiago Trajan. São Paulo: Fósforo, 2022

WITTGENSTEIN, L. **Sobre a certeza**. Tradução de Giovane Rodrigues, Tiago Trajan. São Paulo: Fósforo, 2023

XAVIER, Paloma; SILVA, Marcos. **Contra a inefabilidade das hinge propositions**: uma leitura neopragmatista. Revista Ideação, N. 47, Janeiro/Junho 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, à minha família, pelo apoio incondicional ao longo desta caminhada.

À minha filha Bárbara, que foi a responsável direta pelo meu ingresso no curso de Filosofia — sua presença e incentivo foram decisivos. À minha esposa Lígia, pela paciência, compreensão e parceria constantes.

Aos amigos, com quem compartilhei intensos debates filosóficos e momentos de aprendizado coletivo ao longo da vida.

Um agradecimento especial ao professor Marcos Silva e ao seu grupo de estudos, que me abriram as portas para o universo do inferencialismo semântico e ampliaram minha visão filosófica. Também sou grato ao colega Pedro Pennycook, pelas longas conversas que tanto enriqueceram minha trajetória acadêmica.

Por fim, estendo meu agradecimento aos professores e colegas do curso de Filosofia, pelas valiosas trocas e pelo constante estímulo ao pensamento crítico.